

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

1 **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA número VINTE E UM do COMITÊ DO**  
2 **ITAJAÍ, realizada em 06 de Agosto de 2009.** Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e  
3 nove, reuniram-se, no Auditório Galileu Galilei, do Centro Universitário Leonardo da Vinci -  
4 UNIASSELVI, sito à Rodovia BR 470, nº 1040, município de Indaial, membros do Comitê do Itajaí  
5 e demais convidados. A vice-presidente Maria Izabel Pinheiro Sandri deu início à Assembléia,  
6 dando boas vindas e agradecendo a presença de todos. Pediu desculpas em nome do  
7 presidente, Sr. Tercílio Bonessi, que, em função de problemas de ordem pessoal, não pôde estar  
8 presente. Prosseguiu perguntando se alguém teria alguma solicitação de inclusão de pauta.  
9 Solicitou-se a inclusão da votação da Resolução Nº 34, que “Dispõe sobre a composição da  
10 Câmara Técnica de Prevenção de Cheias para a gestão 2009-2011”, apresentando à vice-  
11 presidente, de acordo com o artigo 16 do Regimento, requerimento devidamente assinado por  
12 sete representantes de instituições-membro. Aprovada a inserção de pauta. Com a palavra,  
13 Beate comunicou que a Comunidade Indígena indicou seus representantes no Comitê: titular  
14 Aniel Pripra e suplente Kanhã'a Patte. Prosseguindo, a vice-presidente chamou o Prof. Diomário  
15 Queiroz, presidente da FAPESC, para falar sobre o trabalho da comissão técnica de avaliação e  
16 prevenção dos desastres naturais da bacia do Itajaí, que está sendo desenvolvido no âmbito do  
17 GTC (Grupo Técnico Científico), constituído para a prevenção das catástrofes naturais no Estado  
18 de Santa Catarina. O Professor Diomário falou que o GTC foi implantado em dezembro de 2008  
19 devido às cheias, recorrentes na bacia do Itajaí e, devido a Defesa Civil não ter condições de  
20 realizar uma ação coordenada, por não possuir informações suficientes, com embasamento  
21 técnico e científico. Partindo desse pressuposto, a comunidade técnico-científica do Estado foi  
22 chamada, criando assim o GTC, coordenado pela FAPESC, órgão de apoio à pesquisa, que está  
23 incluído no Grupo de Reação às Catástrofes, na área de Prevenção, em caráter permanente. O  
24 Decreto de 15 de julho de 2009 estabelece, como funções do GTC, as avaliações técnico-  
25 científicas, projetos de prevenção de catástrofes, assessoria à Defesa Civil, Grupos Temáticos  
26 com projetos técnico-científicos envolvendo as Instituições Educacionais e de Pesquisa, e os  
27 Institutos Técnicos estaduais e federais, a fim de realizar ações relevantes na Área de Prevenção  
28 às Catástrofes Naturais, inclusive a criação de Políticas Públicas. E para que o GTC obtenha  
29 melhor qualidade de informações, é preciso melhorar a infra-estrutura, os softwares dos radares  
30 e dos sistemas de tratamento na EPAGRI/CIRAM, possibilitando a coleta de dados e  
31 transformação dos mesmos em informações. Um trabalho visando à melhoria do sistema de  
32 radares está sendo realizado pelo estado. A FAPESC detectou a condição técnica da Rússia,  
33 digitalizando o radar localizado na região de Fraiburgo, ampliando a sua atividade de tratamento  
34 e captação de dados, possibilitando a precisão na formação dos fenômenos meteorológicos. O  
35 convênio com a Aeronáutica está sendo melhorado, ampliando a utilização do radar. Em Brasília  
36 realizou-se uma tramitação com a Itaipu junto à EPAGRI para a instalação de um radar na região  
37 do Extremo Oeste de Santa Catarina. Com esses radares funcionando juntamente com um novo  
38 cobrindo o litoral, teríamos um sistema cobrindo amplamente o território catarinense, e atuando  
39 em parceria com os estados do PR e RS teríamos uma cobertura do Sul do Brasil. Outra ação  
40 concreta é a ampliação das estações meteorológicas para todas as bacias hidrográficas de Santa  
41 Catarina, um programa de cinco milhões de reais que será possibilitado a partir do ano que vem  
42 o Projeto Microbacias 3. Na SDS está sendo licitado um novo Sistema de Sensoriamento Remoto  
43 ou um Programa de Cartografia. Através da FAPESC será aberta uma linha de financiamento  
44 para os Programas de Pesquisas e Projetos Tecnológicos para o sistema universitário, em nível  
45 nacional, integrando o Sistema de Prevenção de Catástrofes à Rede Clima, que existe em nível  
46 nacional, e aos esforços do INPE. E este adquiriu um supercomputador e o colocou à disposição  
47 das comunidades inscritas para o desenvolvimento desses projetos. Existem cinco grupos  
48 trabalhando nas áreas temáticas: clima, solo, ocupação territorial, sistema de cartografia e  
49 sensoriamento remoto, sistemas de educação e saúde e questão ambiental. Ao desenvolver o  
50 trabalho, a parte acadêmica melhora a base de dados, um grupo trabalha com a base de dados  
51 dos Sistemas de Processamento do software. Em relação aos problemas específicos, as

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

52 propostas para resolução foram feitas em uma oficina de trabalho relacionada com a bacia do  
53 Itajaí. A existência do Comitê do Itajaí prioriza a avaliação dessas propostas, devendo resultar  
54 em um Plano Integrado de Reação aos Desastres Naturais para essa bacia. Este Plano está  
55 sendo desenvolvido por uma comissão técnica de avaliação específica em três níveis, nível  
56 estratégico definindo as diretrizes, os limites de toda a ação que ocorre na bacia hidrográfica e as  
57 ações de preparação para emergência e desastres naturais, estruturação desses Sistemas de  
58 Prevenção. Tendo assim as ações propriamente ditas, de prevenção, estruturais, não estruturais,  
59 como reação aos problemas relacionados aos desastres ocorridos. Esse projeto tem uma visão  
60 ampla do meio ambiente, integrada pela ação de diversos agentes, prefeituras, secretarias  
61 regionais, fóruns municipais e estaduais, ONGs, fortalecendo assim os sistemas de Políticas  
62 Públicas, e a organização civil que acompanha os projetos. É necessária a continuação dos  
63 agentes nesse processo. As instituições e pessoas envolvidas na formulação do Plano devem ter  
64 a responsabilidade e autoridade na organização do controle social e nas avaliações de seus  
65 resultados, para os ajustes na aplicação da execução. **O que se pretende é ter um Plano de**  
66 **Ação que dê direcionamento estratégico a todas as ações municipais, estaduais em**  
67 **relação à prevenção dos desastres.** Diomário Queiroz encerra sua apresentação e fica à  
68 disposição para esclarecimentos. Maria Izabel agradece e deixa a palavra livre. Houve um  
69 questionamento sobre como o Governo do Estado pode envolver os municípios na  
70 implementação do plano. O Professor responde que o primeiro passo importante é que na  
71 triangulação do plano haja participação de todos, dos municípios, prefeituras, população, do  
72 Comitê de Gerenciamento da bacia hidrográfica do rio Itajaí. O documento deverá estar  
73 disponível até vinte nove de setembro, firmando esse compromisso de comprometimento,  
74 envolvendo a vontade das pessoas e das instituições que compõem essa bacia, evitando assim  
75 os problemas ocorridos no passado. A idéia é que esse plano fortaleça o conjunto do Sistema de  
76 Prevenção. Beate complementa que precisamos incluir esse plano na pauta das associações dos  
77 municípios. Apresentar o plano aos prefeitos, para promover o entendimento do que ele  
78 representa. O próximo passo seria colocá-lo em votação na Assembléia Extraordinária (da  
79 Semana da Água) em vinte quatro de setembro. A elaboração deve contemplar uma lista de  
80 projetos a serem desenvolvidos. É importante termos inclusive definido quem coordenará o  
81 plano, mesmo que as ações executivas sejam de responsabilidade do Estado. O Prof. Diomário  
82 Queiroz comenta que é positivo aprovar esse programa, que se não houvesse o envolvimento de  
83 diferentes entidades, poderia ter-se perdido no caminho. Que não tem uma resposta, pois esta  
84 tem que nascer do processo de construção. Já existem princípios, mas em primeiro lugar temos  
85 que dar, aos participantes do plano, condições de coordenar esses processos de controle social  
86 e de avaliação dos resultados, para que não se perca a memória da construção. Uma medida  
87 natural seria a transformação do Comitê Técnico em um comitê permanente, mantendo o vínculo  
88 com a área técnica do ponto de vista de conhecimento. O programa técnico não irá resolver,  
89 temos que ter ação e organizar a estrutura com dedicação exclusiva à execução, decidindo onde  
90 colocar essa estrutura. Sendo ela relacionada à bacia do rio Itajaí, deve ter uma ascendência das  
91 pessoas responsáveis pela bacia, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento  
92 Regional, ou prefeituras, o Comitê do Itajaí, ou um órgão do governo que tenha essa  
93 responsabilidade. É preciso garantir a questão de Estado, sendo o grupo permanente técnico-  
94 científico, que transcende a questão política partidária, as ações irão depender das pessoas, por  
95 isso temos que evoluir do ponto de vista de estrutura e composição. Partindo do princípio de um  
96 plano bem formulado e validado por diversas instituições, independente de partidos políticos,  
97 esse é o plano da bacia, e o que as pessoas querem, mas a decisão final é um processo de  
98 amadurecimento. Agradecendo a oportunidade, o professor Diomário passa a palavra para a  
99 vice-presidente Maria Izabel que ressalta a importância da forma como será introduzido o plano  
100 de desastres naturais na gestão de recursos hídricos de Santa Catarina. **1) Moção de alerta do**  
101 **Comitê do Itajaí sobre a forma como vem sendo conduzida a gestão de recursos hídricos**  
102 **em Santa Catarina.** Beate agradece a presença de todos e inicia sua apresentação falando de

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

103 como surgiu essa Moção. Nasceu na Câmara Técnica de Planejamento após a notícia sobre a  
104 ocorrência de audiências públicas convocadas pela FATMA para discussão de novos projetos de  
105 PCH's no rio Itajaí-açu. A Beatriz, da prefeitura de Indaial, levou o assunto ao Comitê solicitando  
106 ajuda para essa discussão. Por esse motivo a assembléia está sendo realizada em Indaial. O  
107 Comitê não foi informado dos projetos, não foi convidado para as audiências públicas promovidas  
108 pela FATMA, deixando a Câmara Técnica de Planejamento preocupada, considerando que  
109 estamos desenvolvendo o plano de recursos hídricos da bacia, do qual existem diretrizes. Como  
110 podem ocorrer projetos importantes sem considerar o plano? Diante disso a Câmara Técnica se  
111 reuniu para pensar o que fazer, e decidiu elaborar uma Moção. Solicitou ajuda ao advogado  
112 Nicolau Cardoso, do Projeto Piava, que se dedicou em buscar na legislação informações e  
113 entendimentos referentes à gestão dos recursos hídricos e às competências do comitê. Partindo  
114 da legislação vigente, o grupo fez uma análise dos dados levantados verificando os pontos  
115 pertinentes e as complementações necessárias. Da reunião da CT-Plan participaram Oscar Graf  
116 e Odair Fernandes, ambos representantes do setor hidrelétrico, com conhecimento na legislação,  
117 ajudando a suprir as dúvidas da CT-Plan. Miguel Rech, da CRAVIL, também participou da  
118 discussão, informando a preocupação com a temática. Dessa forma, a CT-Plan formulou uma  
119 primeira minuta de moção. Na secretaria organizou-se um pouco mais a Moção, encaminhando-a  
120 para a Diretoria, que se reuniu no início de julho, na SEMASA em Itajaí. A diretoria reformulou  
121 mais alguns aspectos do texto. O processo das centrais hidrelétricas planejadas para o Vale do  
122 Itajaí está ocorrendo sem o conhecimento do Comitê, desconsiderando a competência do mesmo  
123 em gerir os recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Itajaí. Sendo assim, a proposta é  
124 encaminhar a Moção ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de  
125 Desenvolvimento Econômico Sustentável, aos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos  
126 Hídricos, e ao Ministério Público Estadual e Federal, com a intenção de alertar sobre a forma  
127 como vem sendo conduzida a gestão de recursos hídricos em Santa Catarina. Em seguida a  
128 vice-presidente abriu a discussão. O Sr. Carlos Rockenbach solicitou a palavra e iniciou dizendo  
129 que na nova etapa a SDS está fazendo o seu papel e que com relação a FATMA, ela não envia  
130 convites, os editais são públicos. Falou ainda que repudia o texto da moção, pois ele contém  
131 inverdades. Que talvez a SDS esteja centralizando um pouco as decisões, mas está sim,  
132 desenvolvendo ações necessárias. E informou que vai se retirar da assembléia. Maria Izabel,  
133 como presidente da Assembléia, solicitou que ele permanecesse, pois é da discussão  
134 democrática que nasce o conhecimento, a sabedoria. É para isso que estamos aqui. Mesmo  
135 assim, o representante da SDS se retirou. Com a palavra o Sr. Miguel Rech colocou que a  
136 questão é a seguinte. Existe um princípio jurídico que diz que não cabe a nenhum cidadão  
137 brasileiro desconhecer as leis brasileiras. Não buscamos um enfrentamento direto com a  
138 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. A Moção serve apenas de alerta. Existem pessoas  
139 considerando que a legislação está sendo descumprida. A legislação sobre a água postula que  
140 as ações devem ser descentralizadas, e o foco é a bacia, então que a Secretaria de  
141 Desenvolvimento Sustentável está se arvorando do direito acima da lei. Estamos construindo  
142 uma parceria, com responsabilidade civil. Não devemos concordar com o descumprimento da lei:  
143 essa Moção de alerta servirá para voltarmos ao caminho correto. Nesse sentido devemos  
144 informar às autoridades competentes, como o Ministério Público, que deverá verificar se o Estado  
145 está cumprindo sua função. Parece que está havendo uma animosidade contra a Secretaria de  
146 Desenvolvimento Sustentável. Odair Fernandes complementa que foi citado na Câmara Técnica  
147 de Planejamento, com a participação do Oscar Graf, para contribuir nessa questão do setor  
148 hidrelétrico e PCHs, colocando que não podemos ser contra esses empreendimentos, e sim ter  
149 uma gestão de recursos hídricos mais abrangente do que para um só segmento, como o do setor  
150 hidrelétrico, que hoje requer a aplicação dos instrumentos de gestão. Posteriormente podem  
151 surgir outros sem que se tenha planos. Concorde com os senhores Miguel e Ivanor que a Moção  
152 é muito forte, deveria ser direcionada para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, mais  
153 diretamente ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e em um segundo momento

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

154 para o Ministério Público. Estamos aqui para contribuir com a Secretaria de Desenvolvimento  
155 Sustentável, alertando que pode haver equívocos. A Legislação do setor hidrelétrico é específica,  
156 as RDHs (reservas de disponibilidade hídrica) estão respaldadas, com amparo legal, não só das  
157 Leis de Recursos Hídricos, as 9.433 e 9.748 (do estado). Por esse motivo a diretoria e a Câmara  
158 Técnica optaram pela Moção de alerta, mostrando que somos parceiros, já que o Sistema de  
159 Gerenciamento de Recursos Hídricos é de âmbito nacional e estadual, estando a bacia dentro da  
160 área de abrangência da gestão dos recursos hídricos. A Moção não é algo para prejudicar os  
161 empreendimentos hidrelétricos e sim normatizar as ações, especificando o que é prioritário e o  
162 que é diretriz. Assim sendo, não precisaríamos mais fazer leis específicas para os segmentos e  
163 sim um plano único, que tratará de todos os segmentos relacionados à água, na bacia  
164 hidrográfica e em Santa Catarina, através do plano com algumas peculiaridades, que se norteará  
165 pelo plano estadual. Em seguida, a Professora Noêmia se apresenta concordando com as  
166 manifestações, de que a Moção deve ser encaminhada primeiramente ao Governo, para que  
167 este possa verificar o cumprimento da legislação de recursos hídricos, em correspondência com  
168 AR, com tempo hábil de quinze a vinte dias para manifestação. Não havendo retorno dos órgãos  
169 competentes, encaminha-se para o Ministério Público para que esse assumo seu papel. Acredita  
170 ser a melhor forma. Diz que infelizmente esse tipo de procedimento não constrói, levantamos  
171 uma série de ilegalidades que estão ocorrendo na aprovação desses empreendimentos, o que  
172 não é de um dia para o outro. Deveríamos buscar novas conversas, onde todos devem expor sua  
173 posição para deliberarmos em conjunto. Esta minuta não é um texto pronto. Sugere que se retire  
174 o Ministério Público Estadual e Federal, encaminhando para o Conselho de Recursos Hídricos,  
175 pois estes sim são os responsáveis, são os órgãos deliberativos que devem tomar ciência da  
176 Moção. Ana fala sobre apoiar ou não, é uma opinião pessoal de cada um o que é importante  
177 deixar claro é que o Comitê do Itajaí, responsável pelo planejamento dos recursos hídricos da  
178 bacia, não é contrário à instalação das PCHs, em momento algum nas diretrizes diz que está  
179 proibido o uso de água na bacia do Itajaí. Existem critérios específicos para empreendimento  
180 hidrelétricos. Só pra deixar mais clara a opinião do comitê. Outra coisa é que o Comitê não  
181 esperava receber um convite especial da FATMA para comparecer à audiência, a gente sabe  
182 que sai um edital no jornal. Poderíamos ter ficado sabendo antes da audiência pública, é naquele  
183 momento que o Comitê deveria ser consultado, para poder discutir, e não as vésperas, pois  
184 dinheiro já foi gasto, nossa indignação é que outros passos foram dados sem que o comitê fosse  
185 consultado, sequer informado. O Sr. Aldo Kaestner, representante do Sindicato da Indústria  
186 Metalúrgica do Alto Vale (SIMMMERS) comenta que se o Comitê constatou irregularidades,  
187 dúvidas, sobre qualquer atitude da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável ou do Governo do  
188 Estado, tem o direito de pleitear uma explicação, e não cabe a palavra repúdio. E considerando a  
189 atitude Sr. Carlos, entende que a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável já foi informada,  
190 portanto temos que encaminhar a moção para o órgão superior, Governo do Estado, para  
191 posteriormente uma esfera federal e depois um questionamento ao Ministério Público. Se não  
192 tivermos mais soluções essa seria a última instância, seguindo as etapas, a primeira já foi, eles  
193 vieram aqui e não concordam, mas não explicaram nada. Fabiana toma a palavra, dizendo que o  
194 Comitê é a representação da sociedade da bacia. Nesse caso o Governo não está ignorando  
195 apenas o Comitê e sim a sociedade. Como é uma Moção de alerta, acredita ser importante ir  
196 para o Estado, para que tenham consciência do que está acontecendo. É importante a aprovação  
197 dessa Moção para nos manifestarmos em nome da Bacia do Itajaí. Oscar Graf toma a palavra,  
198 falando que a Moção pode estar pesada. Propõe alterar a redação deixando o “requerer” para  
199 uma segunda etapa, caso houver omissão das pessoas que devem responder nosso alerta. Ivo  
200 Rischbieter fala que cabe fazer um histórico da atribuição do estado. O Governo Federal deu um  
201 prazo para que o Governo Estadual se adequasse à sua obrigação, criando o sistema de  
202 outorga. O Governo do Estado não atuou na velocidade necessária. Constatou-se que havia uma  
203 pressão grande, por um lado muitos investidores e por outro a Agência Nacional de Energia  
204 Elétrica exercendo seu papel de regulação. Não sei se os senhores estão acompanhando os

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

205 leilões da energia elétrica do Governo Federal. O próximo leilão vai se realizar em 27 de agosto.  
206 Tem cadastrados 13 mil megawatts de potencia: 11 mil megawatts de usinas a gás ou óleo  
207 combustível e 390 mw de hidrelétricas. Portanto, nós que temos um empreendimento, que  
208 apresentamos aqui no Comitê, e a resposta do comitê foi que ele não se sentia preparado para  
209 avaliá-lo. Enfim, nós empreendedores precisamos de definições que demoram muito. Nós não  
210 vamos poder participar do leilão, vamos desistir e a região perde um investimento de 6 milhões  
211 de reais, porque não tem definição de política, esse é o mundo real. A Professora Noêmia se  
212 manifesta: diante da posição, entende-se a responsabilidade do Comitê na gestão dos recursos  
213 hídricos. Mesmo havendo interface do setor hidrelétrico, isso não limita o fato de mandarmos o  
214 documento. Assim como está, não temos que buscar legislação específica para a o setor  
215 hidrelétrico, temos competência legal, argumentos para manifestação e dessa forma, buscar o  
216 esclarecimento do órgão competente, qual o posicionamento em relação a esses impedimentos.  
217 Beate toma a palavra, falando sobre os pontos manifestados pelo Sr. Miguel sobre a parceria que  
218 o Estado não está querendo. Devemos acrescentar um considerando ao final do nosso  
219 considerando. Considerando que o Comitê do Itajaí sempre busca o trabalho em conjunto, temos  
220 uma lista de coisas sem respostas. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável assinou um  
221 termo de compromisso quando o Projeto Piava, segunda fase, foi encaminhado à Petrobras,  
222 comprometendo-se a trabalhar junto com o Projeto, principalmente no componente Plano de  
223 Recursos Hídricos da Bacia, coordenado pela Ana Cristina. Nunca tivemos essa cooperação.  
224 Nos relatórios enviados para a Petrobras, essas faltas estão sendo consideradas. É um problema  
225 para o Comitê, pois como a Secretaria de Estado da área não participa desse trabalho, estamos  
226 desenvolvendo um Plano de Recursos Hídricos sozinhos, sem a participação do Estado. O termo  
227 de cooperação com o Ministério de Integração Nacional, de Prevenção de Cheias, não teve  
228 continuidade. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável eliminou o termo. Portanto  
229 deveríamos colocar um considerando dizendo que, assim como muitas outras vezes, queremos  
230 parceria, e sempre reconhecemos que o trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável  
231 é de coordenação do Sistema Estadual dos Recursos Hídricos. Em relação à manifestação do  
232 Ivo Rischbieter, de que o Comitê não se sente preparado para opinar sobre as PCHs, devo  
233 mencionar que, em julho de dois mil e sete, o Comitê aprovou uma resolução, em assembléia na  
234 cidade de Rio do Sul, de que não se manifestaria sobre os empreendimentos hidrelétricos  
235 enquanto não houvesse uma avaliação ambiental integrada da bacia hidrográfica. Há  
236 publicações do Ministério do Meio Ambiente sugerindo essa avaliação, apontando onde fazer e  
237 onde não fazer empreendimentos hidrelétricos. Se existissem essas regras, seria muito facil para  
238 o comitê opinar. Mas não é sua competência analisar estudos de impacto ambiental para ver se  
239 os aceita ou não. Portanto o comitê aprovou uma resolução dizendo que quer essa avaliação  
240 integrada. Não é a manifestação do Comitê que está atrasando o processo, é o fato de o  
241 Governo do Estado não estar cumprindo as regras. Se o Plano Estadual de Recursos Hídricos  
242 não está pronto, e portanto não há regras, é porque o Estado não o privilegiou. Sabemos que as  
243 pessoas se esforçaram e que não houve interesse em continuar. Esse plano deveria ser aberto e  
244 aprovado pela sociedade. Houve manifestações públicas da diretoria de Recursos Hídricos de  
245 que está sendo desenvolvida pelo Governo do Estado uma Política Pública de Desenvolvimento  
246 de Água. Não é isso que diz a Lei 9.478/94 nem a Lei 9.433/97. A vice-presidente Maria Isabel  
247 toma a palavra, dando os encaminhamentos, com relação ao texto da Moção e a quem  
248 encaminhar. Beate solicita que se deixe em aberto essa discussão. Primeira votação de  
249 encaminhamento é a letra "d". Aprovada. Letras a, b, c e f. Aprovadas. Em relação ao  
250 requerimento, primeiro encaminhar ao Governo do Estado. Aprovado. Segundo, encaminhar à  
251 Secretária de Desenvolvimento Sustentável. Aprovado. Ao Conselho Nacional de Recursos  
252 Hídricos. Aprovado. Ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Aprovado. Beate faz a leitura  
253 de nova redação: Requer-se esclarecimentos: Se a concessão do direito de uso da água no  
254 Estado de Santa Catarina, sem a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, está de  
255 acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos; Se a concessão do direito de uso da água

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

256 na bacia hidrográfica do rio Itajaí, sem a apreciação e homologação do Plano de Recursos  
257 Hídricos da Bacia do Itajaí pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, está de acordo com a  
258 PNRH; Se é legítima a atuação do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria  
259 de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS, de normatizar os usos da água  
260 sem considerar as competências dos órgãos integrantes dos sistemas nacional e estadual de  
261 recursos hídricos; Se são legítimas as normas emitidas por meio das portarias Nº 035/2006, Nº  
262 035/2007, Nº 36/2008, Nº 034/2009 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico  
263 Sustentável. Manifestar que o Comitê do Itajaí está disposto a dialogar para buscar solução de  
264 consenso para o conflito expresso acima. Aprovado. **2) Resolução Nº 34.** Beate lembra que na  
265 última assembléia foi aprovado Edital de Chamamento para Recompôr a CT-Cheias, de acordo  
266 com a resolução Nº 32 de 25/09/08. Onze instituições se inscreveram e já houve a primeira  
267 reunião. Agora a Resolução Nº 34 , que “Dispõe sobre a composição da Câmara Técnica de  
268 Prevenção de Cheias para a gestão 2009-2011”, precisa ser aprovada pela assembléia para que  
269 a Câmara Técnica de Cheias seja legitimada. Consta na resolução: a Câmara Técnica de  
270 Prevenção de Cheias do Comitê do Itajaí na gestão dois mil e nove a dois mil e onze, será  
271 composta pelas seguintes organizações: ACAPRENA; Associação Brasileira de Recursos  
272 Hídricos, Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, CASAN, Defesa Civil de Blumenau,  
273 Defesa Civil de Itajaí, DEINFRA, Núcleo de Defesa Civil de Navegantes-Gravatá, Prefeitura  
274 Municipal de Rio do Sul, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável e  
275 SAMAE de Brusque. Ficam revogadas as resoluções do Comitê do Itajaí Nº 27 e Nº28. . Maria  
276 Izabel coloca em votação. Aprovado. **3) Informes da secretaria.** Primeiro, a Agência de Água  
277 está concluindo o desenvolvimento do Sistema de Alerta de Cheias, que é a parte do sistemas  
278 de informações, apresentado pela FURB ao governador, sem o conhecimento do Comitê. Em  
279 momentos de enchente, agora é possível acompanhar a quantidade de chuvas e os níveis dos  
280 rios da bacia. Gelson faz a apresentação do Sistema de Alerta. Lourdinha comunica que estão  
281 abertas as inscrições para o Prêmio Otto Rohkohl. Beate fala do acordo com o Clube Atlético  
282 Metropolitano: um grande evento de Recuperação de Mata Ciliar, patrocinado pelo Metropolitano.  
283 O evento acontecerá em Timbó no final de agosto ou começo de setembro. **4) Assuntos gerais:**  
284 Anja apresenta o acompanhamento dos municípios e as estratégias de apresentação do  
285 Programa de Recuperação de Mata Ciliar e a Proposta de Política de Educação Ambiental. Na  
286 segunda fase do Projeto Piava, que tem como objetivo consolidar políticas ambientais  
287 municipais, estamos solicitando espaço nas associações de municípios e SDR's para apresentar  
288 o Programa de Recuperação e a Política de Educação Ambiental, que estão em níveis diferentes.  
289 O Programa já foi aprovado em forma de lei em Vitor Meireles. Nos demais municípios o projeto  
290 está na Câmara de Vereadores para analisar a viabilidade da proposta e encaminhar para  
291 votação. Essas visitas estão sendo acompanhadas por um membro do Comitê. No Conselho de  
292 Desenvolvimento Regional de Blumenau houve interesse na participação, em Timbó houve  
293 manifestações favoráveis do Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do Conselheiro  
294 Fiscal. Em Rio do Sul a AMAVI mostrou alguma resistência, pois o município precisa aplicar  
295 recursos para implementar o Programa de Recuperação de Mata Ciliar. A secretaria enviou os  
296 ofícios e a proposta do programa aos prefeitos e aos membros do comitê. Anja agradece a  
297 atenção Nada mais havendo a tratar, a vice-presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual  
298 eu Beate Frank, lavro a presente ata que vai assinada por mim e pela Presidente do Comitê do  
299 Itajaí.